

## **Tribunal dos impactos do petróleo sobre a Natureza, os Povos e os/as Defensoras**

Aconteceu na cidade de Salvador, Bahia (BA), Brasil, em 3 de outubro de 2019 no quadro do *2º Intercâmbio Latino Americano de pescadores e pescadoras contra a exploração do mar*.

O Tribunal ouviu o depoimento de 17 pessoas do Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Argentina, em três eixos complementares e convergentes: afetações à natureza, afetações de povos e Defensores de direitos.

No eixo dos impactos na natureza foram os casos da Ilha de Maré, na Bahia (BR), Amazônia, os manguezais, a reserva de Tariquia – floresta Tucumano da Bolívia, o vale do Rio Magdalena; assim como os impactos na espiritualidade.

Através dos testemunhos ficou evidente que:

- O estado boliviano criou as condições para a ocupação petrolífera na área protegida da Tariquia, lar de espécies de flora e fauna de grande importância, e que protege o último remanescente da floresta boliviana de Tucumano, tendo mudado as regras que protegem esta área para promover o extrativismo do petróleo. Isso corroeu o núcleo social da comunidade, já que as mesmas foram divididas para promover a extração de petróleo. Os direitos da natureza não foram respeitados no contexto do cumprimento do Sumak Kawsay (Bem Viver), e não há nenhuma referência legal que demonstre que na Bolívia esses direitos são respeitados.
- A Ilha de Maré, na Baía de Todos os Santos (BA), no Brasil, foi transformada em uma zona de sacrifício pela empresa Petrobras que estabeleceu uma indústria petroquímica na ilha e em seu entorno anos atrás. Suas operações têm contaminado a água, terra, mar e manguezais em um território com o qual as comunidades têm um relacionamento ancestral. Este território de relacionamento sagrado começa a ser ameaçado com o ecocídio dos manguezais e da natureza. Também é ameaçada a vida das comunidades pesqueiras quilombolas, que vivem ancestralmente da pesca e da agricultura. Essas comunidades nunca foram respeitadas e visibilizadas pelas corporações empresariais encabeçadas pela indústria do petróleo e pelos poderes públicos, constituindo grave situação de racismo ambiental. As petroleiras temem o relacionamento da população com os/as Orixás protetoras e guardiões das comunidades e territórios.
- Situação semelhante é vivida pela comunidade quilombola Dom João, em São Francisco do Conde/BA, onde a vida dos manguezais foi totalmente afetada pela Petrobras, especialmente depois de um derramamento de óleo em 2018. Tanto os manguezais como os animais selvagens que vivem neste ecossistema estão cobertos de óleo após um ano de derramamento sem esforços para restaurar o ecossistema, afetando atividades de pesca e coleta de inúmeras espécies de moluscos e crustáceos pelas comunidades. As famílias afetadas não têm o apoio das autoridades locais.

- Na comunidade quilombola Brejo Grande, Sergipe, a problemática é a presença da empresa de criação de camarões que, com suas práticas, afeta o território, a alimentação e a saúde das pessoas. Este cenário, também é agravado porque fazendeiros não permitem a pesca, nem a mariscagem nas áreas de manguezais de suas “fazendas”, que sofrem menos poluição do petróleo do que nos territórios ancestrais. No entanto, a comunidade está resistindo e está construindo sua própria cartografia resistente e comunitária.
- A bacia do rio Magdalena, na Colômbia, é contaminada pelos derramamentos constantes e permanentes de lixidado, que ocorrem em ecossistemas de grande importância, como a Ciénaga - um ecossistema frágil e importante para a reprodução das espécies. Nas análises científicas da qualidade da água do rio, foram encontrados hidrocarbonetos, metais pesados e outros poluentes; a fauna aquática é afetada; os peixes-boi estão morrendo e as populações dos peixes estão desaparecendo. A Ciénaga derrama água contaminada no rio e isso causa muitos casos de câncer e outras doenças.
- A Amazônia, bioma essencial de Abya Yala - devido à imensa biodiversidade que hospeda e sua importante contribuição para o equilíbrio ecológico global -, é um território de ocupação do agronegócio, mineração e outras atividades extrativistas que não seriam possíveis se não fossem alimentados pela energia gerada pelo petróleo. Também a expansão do agronegócio não seria possível sem a energia que movimenta a maquinaria que transforma a floresta em extensas monoculturas de grãos de soja ou pecuária, nem os adubos, agrotóxicos e sintéticos, provenientes de petroquímicos.
- No Brasil, o poder e a sabedoria das mulheres negras e das parteiras, estão sendo silenciados. Há um esforço para acabar com seus Terreiros e com os conhecimentos sobre os Orixás que dão força às suas várias lutas. É também a indústria farmacêutica que está por trás dessas práticas de destruição dos saberes ancestrais.

No eixo das preocupações dos povos, ouvimos testemunhos de representantes de pescadores, povos indígenas, camponeses e quilombolas, cujo tecido social, fontes de vida, saúde e meios de subsistência estão sendo devastados pela indústria petrolífera em suas diferentes fases. Foi analisada a impunidade dos transnacionais, como foi no caso da Chevron-Texaco no Equador, bem como os esforços das comunidades para a reparação e cura de seus territórios.

Durante a audição, ficou evidente:

- A impunidade da empresa Chevron-Texaco, contra o perpetrado pela Amazônia do norte do Equador em suas operações petrolíferas. A empresa converteu 400.000 hectares de florestas em campos petrolíferos, afetando

os povos indígenas e camponeses, por isso foi objeto de um julgamento por aqueles afetados por esse crime ambiental. Embora os afetados tenham vencido no tribunal do Equador, a petroleira vem sendo beneficiada por decisão de um tribunal privado de arbitragem e por isso continua em impunidade. Chevron-Texaco é culpada, e deve pagar, e é por isso que os afetados dizem *Chevron-Texaco nunca mais*.

- Que os povos costeiros artesanais do Peru exigem a revogação de decretos petrolíferos que concedem e cobrem toda a costa do país e afetam 60 mil famílias, que representam 58% das comunidades pesqueiras artesanais do país. A empresa anglo-irlandesa concessionária desses lotes de petróleo é a Tullow Oil, com experiências ambientais e sociais nefastas em vários países da África. A empresa não enviou planos de correção e apenas uma declaração sob juramento é aceita. A lei estabelece que a empresa não deve consultar previamente as comunidades de pescadores.
- Os povos indígenas Mapuche, uma vez estendendo-se pela costa oceânica do Cone Sul, têm sido objeto de um genocídio em que convergiram Estados e empresas petrolíferas, agroindustriais, expansão de colonização, turismo e outros. A descoberta do depósito de hidrocarboneto não convencional em Vaca Muerta, Neuquén, Argentina, representa uma nova ameaça: o “Fracking” (técnica do fraturamento hidráulico).
- As comunidades pesqueiras e quilombolas são vítimas de racismo institucional, um genocídio em que as principais vítimas são mulheres pretas. As comunidades tradicionais estão sujeitas a violações de direitos humanos e territoriais muito violentas. É precisamente em seus territórios que as empresas de exploração de petróleo e poluição estão localizadas, onde os resíduos perigosos são depositados etc., tornando muito difícil continuar a pesca e manter modos de relacionados. Seus territórios tornaram-se lugares de sacrifício com a ação e omissão do estado.
- Apesar de todos os graves impactos da indústria petrolífera, as organizações e as comunidades se organizaram para enfrentá-los de forma autônoma e soberana.
- Uma dessas iniciativas é o processo de restauração territorial com uma abordagem sócio-ecológica realizada pelas comunidades da bacia do Rio baixo Sinu, na Colômbia, que lhes deu autonomia e liberdade em um território que foi ocupado pela usina Hidrelétrica de Urrá. A usina foi construída para servir o agronegócio, extração de carvão e outras atividades empresariais que afetam as comunidades. Estes são exemplos a seguir por organizações em outros territórios.
- Outro exemplo vem das zonas de extração de petróleo do norte do Equador, onde as afetadas e os afetados por essa atividade realizam processos de monitoramento da Comunidade a fim de defender seus direitos, usando ferramentas e tecnologias com as quais eles possam lidar de forma autônoma.

- Os processos de consulta comunitária constituem outro mecanismo para combater o extrativismo petrolífero que afecta os territórios. Ao longo da última década, as comunidades encontraram nesses mecanismos de participação uma alternativa à defesa de seus direitos e dos direitos da natureza. Cinco consultas comunitárias sobre projetos petrolíferos foram realizadas na Colômbia, e a população tem votado contra esses projetos. Apesar disso, o Estado os vem deslegitimando e, no momento, mais de 60 iniciativas populares permanecem.

No eixo dxs defensorxs ouvimos diferentes padrões de agressão contra pessoas que defendem a natureza, terras e territórios, incluindo assassinato, criminalização, judicialização, fechamento de organizações, destacando os seguintes casos:

- Os direitos humanos e defensores da natureza são, em muitos casos, defensores involuntários, mas que lutam para defender sua cultura e seu direito de viver quando são ameaçados. Na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brasil, as empresas petrolíferas não extraem petróleo, mas tem sido responsáveis por sua conversão em uma grande planta petroquímica, poluindo o mar e criando diversas zonas de exclusão, o que afeta a pesca e outras atividades das populações que vivem na região. A empresa tentou comprar e cooptar as comunidades, mas encontrou oposição. A refinaria é monitorada pela organização AHOMAR através de um processo chamado “Monitoramento Participativo da Comunidade”. Os homens e mulheres do mar, pescadores e pescadoras, decidiram confrontar a empresa com o slogan “Nem-um poço a mais” e resistem à intimidação e até assassinatos. O comportamento das empresas é o mesmo, seja de propriedade estatal da Petrobras, ou de transnacionais como BP ou Chevron.
- As organizações também foram perseguidas. Este é o caso do CEDIB, na Bolívia, que contém arquivos com informações de 50 anos sobre defesa de direitos contra atividades petrolíferas. Em 2014 enfrentaram o processo de elaboração da lei mineira e, posteriormente, denunciaram que, através de um Decreto Supremo, as áreas protegidas foram abertas à exploração petrolífera. Isso desencadeou um processo de perseguição e estigmatização por parte do Estado, comprometendo as informações da organização, congelando as contas, o que os forçou a deixar o local de trabalho. Isso também gerou uma afetação humana, porque as ameaças persistem.
- Na Colômbia, ser defensor dos direitos humanos é muito perigoso, porque as empresas se movem em um cenário de violência e morte e porque agem com agentes criminosos. Assassinatos disfarçados são relatados como suicídios ou crimes comuns, enquanto destroem sua memória. 170 defensores foram mortos. Na Colômbia, onde a vida dos defensores parece não ter valor, defender o território, a água e a vida geram perseguição, estigmatização e até perigos da morte.

- Acabamos esta audiência com um testemunho de uma jovem pertencente a Yasunidxs, um coletivo que defende o direito à consulta popular para que os cidadãos equatorianos decidam na urna para evitar a exploração de petróleo em o Parque Nacional Yasuní, a região mais biodiversa do Equador e a casa de povos indígenas em isolamento voluntário. Apesar das perseguições sofridas, permanecem na luta com alegria.

O Tribunal constata que há evidências para afirmar que na indústria petrolífera estão configurados crimes contra a vida de pessoas, comunidades e natureza, além de ecocídio, racismo, genocídio, perseguição, estigmatização de defensores. A raiz da violência contra as mulheres tem um caráter patriarcal, racista e neoliberal; eles usam a violência social e o feminicídio como um instrumento, especialmente na Colômbia e na Guatemala, que exige mecanismos especiais de proteção.

O extrativismo petrolífero se expande conforme o modelo urbano agroindustrial corporativo e se aprofunda, e o faz em territórios indígenas, quilombolas, pesqueiros, causando devastação aos ecossistemas e empobrecimento das comunidades, afetando a capacidade do planeta de sustentar a vida.

A extração de petróleo afeta os territórios, as relações de vida dentro das comunidades e com a natureza, e os corpos violentados das mulheres, dos homens e dos corpos plurais.

Também devemos reafirmar que para os povos indígenas e para muitas pessoas ligadas à natureza, o petróleo é o sangue da terra, dimensão que coloca o petróleo em um novo plano de discurso.

Que a extração e o consumo de petróleo são a causa raiz da mudança climática e do aquecimento global, porque estes apoiam todo o modelo energético urbano e agroindustrial.

Ouvimos histórias de resistência que mostram que as comunidades conservam os territórios. A força da espiritualidade e da própria natureza para proteger e proteger-se. A preservação da memória e o reconhecimento da sabedoria dos povos que iluminam as propostas das organizações em nível local, regional e internacional.

Resoluções decorrentes deste tribunal para continuar a percorrer estes caminhos através da Verdade e da Justiça para a Natureza e os Povos:

- Enviar este documento aos relatores de tóxicos, do meio ambiente, dos povos indígenas e do grupo de trabalho sobre os povos quilombolas.
- Mandar o pronunciamento para o Sínodo Panamazonico.
- Fortalecer as redes de articulação, campanhas para deixar o petróleo no subsolo e evitar novos poços.

- Gerar, promover ou convocar processos de formação para fortalecer os mecanismos e jornadas comunitárias para a defesa da natureza e os povos afetados ou ameaçados pelas operações petrolíferas, com ênfase especial no reconhecimento e no respeito da espiritualidade ancestral dos povos para a vida.
- Fortalecer as resistências nos territórios em suas múltiplas dimensões: mobilizações, meios jurídicos, informação e denúncia e as diferentes formas desenvolvidas localmente pelos nossos povos.
- Estabelecer trocas de experiências e promover a produção de conhecimento sobre a restauração da natureza e a reparação integral em contextos de afectação do extrativismo energético.
- O acompanhamento das queixas para as reparações pertinentes dos defensores da natureza, os mecanismos de proteção integral, com ênfase no caso das mulheres criminalizadas.
- Enviar uma cópia do presente aos delegados que participam na Conferência das partes na Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP) a realizar na cidade de Santiago do Chile em dezembro de 2019.

Congratulamo-nos com a realização deste **Tribunal de impactos do petróleo sobre a Natureza, os Povos, Defensores e Defensoras**, que fortalece a União dos povos na construção de uma civilização baseada no novo e antigo paradigma do Bom Viver que herdamos dos nossos povos originais.

*Lorena Cabnal (rede de ancestrais Sanadoras- Guatemala)*

*Vilma Reis (ex Ouvidora da Defensoría Pública)*

*Mauricio Alvarez (Oilwatch -Costa Rica)*

*Flávia Bernardes (FASE - Brasil)*

*Marcelo Calazans (Campanha Nem Um Poço a Mais - Brasil)*

*María José Pacheco (Conselho Pastoral dos Pescadores)*

*José Luis Espinosa (Shellwatch-Honduras)*

Secretária do Tribunal: Esperanza Martínez-Ecuador

Salvador, Bahia, 3 de outubro de 2019